

Ata de Reunião do Comitê de Investimentos

Ata Nº: 32/2023
Data: 10/11/2023
Local: Sala de Reuniões - Prevpel
Horário 11h

Participantes:

Daniel Brum Corrêa, Fernanda Lucena Jeziorski, Maria Genessi Garcia, Maria Lorena Dobke Portantiolo, Mauro Coelho Lindemann e Saulo Roberto Bernardes Bandeira.

Definição da ordem do dia/pauta:

1. Leitura e aprovação da Ata anterior;
2. Deliberação sobre a proposta da Política de Investimento para o ano de 2024.

Deliberações:

1. Foi realizada a leitura da Ata nº 31/2023, aprovada pela totalidade dos membros.
2. A Política de Investimentos foi elaborada pela consultoria Referência e a meta da PI será de IPCA + 5,10% (taxa de juros) a.a., seguindo as premissas da taxa parâmetro na Portaria MPS nº 3.289/2023, sendo que a estratégia alvo ficou em 100%. Foi observado que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução 4.963/2021 e Portaria 1467/2022. Ainda, do presente documento, extraiu-se que as expectativas de mercado para o exercício de 2024, até o presente momento, sinalizam um caminho que passa pela continuidade do ciclo de queda da Selic, pela observância do teto inflacionário e por um tímido crescimento econômico, tendo em vista a defasagem do contracionismo monetário iniciado ainda em 2021. Soma-se a isso o olhar atento do mercado no que refere à condução da política fiscal, o que dificulta o estabelecimento de estratégias consolidadas sem carregar as incertezas do mercado e, conseqüentemente, os riscos. Nesse contexto, a calibragem da política monetária a ser conferida pelo BACEN precisará estabelecer um adequado equilíbrio entre controle inflacionário e retomada do crescimento econômico, além de manter respectiva cautela quanto ao rumo dos juros norte-americanos, uma vez que elevações acima do previsto podem limitar o ritmo de queda da Selic. Em síntese, a segurança e os prêmios atrativos pagos pelos títulos da dívida dos EUA incentivam a evasão de recursos, obrigando o Banco Central brasileiro a também ponderar essa variável quando da definição de sua política monetária. No mesmo sentido, torna-se necessário uma maior clareza quanto às regras do novo arcabouço fiscal, principalmente no que diz respeito às suas fontes de custeio, sob o risco de o Estado mais uma vez incorrer em déficit primário e, por conseqüência, agravar a relação dívida/PIB. O desafio é conciliar um orçamento já bastante ajustado com as diversas demandas sociais assumidas pelo Governo, sem que o aumento de receita previsto venha a obstaculizar ainda mais a retomada da atividade econômica.



Do ponto de vista externo, além da preocupação com as taxas de juros norte-americanas, o desempenho da China, principal parceiro econômico do país ao longo dos últimos anos, também estará no horizonte dos investidores. Confirmando as atuais previsões da OCDE e do FMI, a China terá mais um ano de crescimento abaixo de sua média histórica, o que implicará prejuízo às exportações brasileiras, sobretudo das commodities, tanto no que se refere às cotações internacionais de preços quanto aos volumes embarcados. Os conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio também irão pautar a agenda econômica nacional, uma vez que novos choques de oferta reacenderiam o risco inflacionário, comprometendo as previsões de queda da Selic e exigindo esforços fiscais que dificilmente estarão ao alcance do Governo na magnitude necessária. Diante deste cenário, a preferência segue sendo por títulos de prazos mais curtos, pelo menos nos primeiros meses de 2024, período em que as incertezas quanto à evolução dos juros nos EUA e à condução da política fiscal brasileira restarão potencializadas. A partir disso, os investimentos em títulos de maior duração poderão novamente tornar-se atrativos, especialmente se as expectativas de médio e longo prazo indicarem quedas da Selic em ritmo acima do inicialmente previsto. Todo esse contexto requer prudência na escolha pelas melhores opções, recomendando-se uma adequada e obrigatória diversificação do portfólio, cujas revisões periódicas deverão observar a evolução das variáveis macroeconômicas aqui ressaltadas. Nesse sentido, ganha cada vez mais importância as atividades de assessoramento técnico e profissional especializado junto à gestão pública. Considerando o posicionamento histórico nos investimentos do RPPS e ponderando o posicionamento dos seus gestores, ressaltamos que o RPPS possui o perfil de investidor: **MODERADO**. Após a apresentação e esclarecimentos da presente Política de Investimento, os membros do Comitê de Investimentos e a Gestora de Investimentos, por unanimidade, **aprovaram a Política Anual de Investimentos para o exercício 2024**, devendo o RPPS continuar observando a lista exaustiva do MPS para fins de credenciamento das instituições financeiras. O Presidente do Comitê de Investimentos agradeceu a presença de todos e dá por encerrada a reunião; eu Fernanda Lucena Jeziorski, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais representantes do Comitê.


Pelotas, 10 de novembro de 2023.



Assinatura


Daniel Brum Corrêa
Presidente


Maria Genessi Garcia
Gestora de Fundo de Investimentos


Fernanda Lucena Jeziorski
1ª Secretária


Mauro Coelho Lindemann
2º Secretário


Saulo Roberto Bernardes Bandeira